

O SACRIFÍCIO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES LGBTQIAPN+ EM NOME DA FAMÍLIA TRADICIONAL BRASILEIRA: IDEOLOGIA DE GÊNERO E GOVERNO BOLSONARO

THE SACRIFICE OF LGBTQIAPN+ CHILDREN AND ADOLESCENTS IN THE NAME OF THE TRADITIONAL BRAZILIAN FAMILY: GENDER IDEOLOGY AND THE BOLSONARO GOVERNMENT

Pedro Henrique Moreira Rocha¹
Sayonara Hallin Martins Andrade²
Layre Rafaela Costa Vasconcelos³

Resumo: durante o governo Bolsonaro (2019-2022), a narrativa conservadora no Brasil tomou novo fôlego, impulsionada principalmente pela instituição da família tradicional brasileira, a qual, dentre suas pautas, empreendeu um movimento de combate à “ideologia de gênero”. Nesse cenário, crianças e adolescentes passaram a ser utilizados em suas argumentações como vítimas a serem protegidas de uma doutrinação ideológica, a qual seria extremamente danosa para seu desenvolvimento. Todavia, o discurso antigênero, ao reforçar padrões hegemônicos relativos ao gênero e sexualidade, vulnerabiliza crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, violando seus direitos fundamentais. Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar como a narrativa de proteção da família tradicional brasileira da “ideologia de gênero”, especialmente no marco temporal no governo Bolsonaro, produz e reproduz a vulnerabilização de infâncias LGBTQIAPN+. Por meio do método hipotético-dedutivo, utilizando a pesquisa bibliográfica e documental, o estudo, que possui natureza qualitativa e exploratória, conclui que a narrativa de proteção da família tradicional brasileira, desenvolvida durante o governo Bolsonaro, embora aparentemente tenha como mote a proteção de crianças e adolescentes da “ideologia de gênero”, produz, na realidade, a vulnerabilização de infâncias e adolescências LGBTQIAPN+, em razão da discriminação sexual e de gênero, fragilizando o reconhecimento de direitos fundamentais dessa população.

Palavras-chave: Criança e adolescente; População LGBTQIAPN+; Família Tradicional Brasileira; Ideologia de Gênero; Governo Bolsonaro.

Abstract: during the Bolsonaro administration (2019-2022), the conservative narrative in Brazil gained new momentum, driven mainly by the institution of the traditional Brazilian family, which, among its agenda, undertook a movement to combat “gender ideology.” In this scenario, children and adolescents began to be used by this movement in its arguments as victims to be protected from ideological indoctrination, which would be extremely harmful to their development. However, anti-gender discourse, by reinforcing hegemonic patterns related to gender and sexuality, makes LGBTQIAPN+ children and adolescents vulnerable, violating their fundamental rights. Given this, the present research aims to analyze how the narrative of protecting the traditional Brazilian family from “gender ideology,” especially during the Bolsonaro administration, produces and reproduces the vulnerability of LGBTQIAPN+ children. Using the hypothetical-deductive method, based on bibliographic and documentary research, the study, which is qualitative and exploratory in nature, concludes that the narrative of protecting the traditional Brazilian family, developed during the Bolsonaro administration, although apparently aimed at protecting children and adolescents from “gender ideology,” actually makes LGBTQIAPN+ children and adolescents more vulnerable due to sexual and gender discrimination, weakening the recognition of this population's fundamental rights.

Keywords: Children and adolescents; LGBTQIAPN+ Population; Traditional Brazilian Family; Gender Ideology; Bolsonaro Government.

¹ Mestrando em Direito na Universidade Federal de Sergipe (PRODIR/UFS) e bolsista acadêmico pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bacharel em Direito pela UFS.

² Mestranda em Direito na Universidade Federal de Sergipe (PRODIR/UFS) e bolsista acadêmica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bacharela em Direito pela UFS.

³ Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Sergipe.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, principalmente a partir de 2019, em um contexto de tomada de poder por grupos neoconservadores durante o Governo Bolsonaro, narrativas elaboradas por esses agentes tornaram a vulnerabilizar crianças e adolescentes LGBTQIAPN+⁴. Uma das formas que tais atores políticos neoconservadores encontraram para mobilizar-se foi com a utilização da narrativa da “ideologia de gênero” como problemática e ameaçadora para as crianças e os adolescentes.

Esses sujeitos foram (e ainda são) utilizados como argumento justificador na empreitada contra qualquer identidade *queer* a partir de um discurso neoconservador de valorização da “família tradicional brasileira” e de instituições tradicionais de controle social, como a família, a escola e a igreja, na busca pela manutenção da “ordem social”. Nesse sentido, os corpos LGBTQIAPN+ são apresentados como perigosos e desestruturadores do alegado arranjo social, diante de sua dissidência contra padrões hegemônicos de gênero e sexualidade, e por isso qualquer menção a temas dessa seara seria danosa ao desenvolvimento dos infantes.

Entretanto, além da problemática envolvendo o uso do discurso da “ideologia de gênero” para fazer referência ao conjunto de ideias e práticas que os grupos neoconservadores consideram ameaçadores, a suposta “defesa” de crianças e adolescentes gera, na verdade, uma especial vulnerabilização desses indivíduos. Além de prejudicar a compreensão das crianças e dos adolescentes acerca das múltiplas possibilidades de existir no mundo, especialmente quanto ao gênero e à sexualidade, as alocações neoconservadoras ignoram a existência de crianças e de adolescentes *queer* ou, quando não ignoram, entende tais seres humanos em desenvolvimento como menos digno de direitos.

A presença de uma situação de violação de direitos fundamentais de crianças e de adolescentes demonstra a relevância da pesquisa, situação essa agravada quando se considera a intersecção de vulnerabilidades em razão da idade, orientação sexual e identidade de gênero. Apesar dos argumentos em prol da proteção dos interesses dos infantes, o que ocorre é uma reprodução de espaços de vulnerabilidade aos quais esses indivíduos estão inseridos, diante do caráter interacional das opressões. Outro motivo relevante é a ainda incipiente produção científica sobre o tema, expressão da própria discriminação que essa população sofre, e por isso o trabalho pretende contribuir com uma análise direcionada a essa situação de violação de direitos fundamentais.

Por isso, a partir de uma investigação documental e revisão bibliográfica, usando principalmente o referencial teórico da vulnerabilidade e da interseccionalidade, esta última como ferramenta analítica, discute-se como a criança e o adolescente LGBTQIAPN+ foram utilizados por agentes neoconservadores no Governo Bolsonaro (2019-2022), por meio de

⁴ A sigla LGBTQIAPN+ designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis, trans, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binárias, e também outras identidades de gênero e sexualidade dissidentes das normas cisheteronormativas.

narrativas de combate à “ideologia de gênero”, configurando-se uma dupla vulnerabilização na ascensão da extrema direita: ao mesmo tempo que o discurso reforça e reproduz normas de gênero, projetando-as sobre esses jovens, também invisibiliza a existência de crianças e adolescente LGBTQIAPN+, impedindo a proteção de seus direitos fundamentais.

2 A INSTRUMENTALIDADE DA FAMÍLIA TRADICIONAL BRASILEIRA NA NARRATIVA NEOCONSERVADORA CONTRA A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

O período compreendido entre 2019 e 2022, momento em que Jair Bolsonaro era Presidente da República Federativa do Brasil, foi marcado por uma série de empreitadas que objetivou, de forma geral, a manutenção da “família tradicional brasileira”, a partir de uma pauta antigênero. A fim de elucidar essa problemática, é necessário compreender como a narrativa conservadora acerca da “família tradicional brasileira” tomou maiores proporções enquanto instituição utilizada como amparo de discursos discriminatórios em razão da identidade sexual e de gênero. Nesse sentido, também é importante apresentar como a pauta de gênero, a partir do discurso da “ideologia de gênero”, foi utilizada no governo supracitado como justificativa para minar direitos da população LGBTQIAPN+ a partir de uma suposta proteção das crianças e adolescentes.

O contexto geopolítico hodierno é pautado por questões identitárias e pelo esfacelamento da forma tradicional do Estado. Em verdade, após o fim da Guerra Fria, as sociedades capitalistas buscam alternativas ao fracasso dos seus modelos econômicos e sociais, até então fundados na alternância entre ideais liberais e na intervenção estatal. Como resposta à crise e à instabilidade, intelectuais estadunidenses viram no restabelecimento do conservadorismo uma alternativa à imprevisibilidade econômica e às transformações socioculturais, causadoras de uma suposta degeneração moral na sociedade. Na lógica agora neoconservadora, as políticas sociais liberais atribuíam ao Estado papéis que deveriam ser assumidos pelos familiares, pela Igreja e pela comunidade (Neto, 2015).

Em conformidade, isso fez com que o Estado assumisse funções que o desviavam da sua função clássica de manutenção da ordem e, conseqüentemente, fez com que instituições sociais consolidadas perdessem o seu importante papel no controle da ordem social. Assim, o neoconservadorismo surgiu aproximando-se do conservadorismo, ao entender que o Estado deveria abster-se de integrar relações que poderiam o responsabilizar sobre o indivíduo.

Sob essa perspectiva, o fomento dos costumes acerca de aspectos moralizantes, tornou-se peça fundamental para a defesa de um Estado mínimo, pois, as instituições são concebidas e consolidadas num longo processo de evolução, no qual os valores – formados pelo hábito – são conservados pela tradição de forma permanente (Barroco, 2021). Nesse contexto, preservar a tradição mostra-se um objetivo fundamental ao neoconservadorismo,

pois resgata os aspectos do conservadorismo associados à experiência, ao preconceito, à ordem, à hierarquia, à autoridade, valorizando-se as instituições tradicionais, como a igreja e a família patriarcal (Barroco, 2015). Dessa forma, a socialização admite papel crucial na reprodução de valores e na manutenção da ordem, haja vista a descrença neoconservadora no funcionamento de um projeto social universal, pautado na inclusão do que foge à regra preestabelecida pela tradição.

Além disso, é preciso considerar a aproximação do neoconservadorismo ao neoliberalismo, justificada na defesa da propriedade privada e da auto responsabilização, em favor da redução da participação do Estado na vida cotidiana e na promoção de políticas públicas. Nesse sentido, a família assume um papel importante na concretização dos seus objetivos, pois a constituição do núcleo familiar tradicional, em tese, serve ao desempenho de um sistema com claros dispositivos que influenciam a performance social do indivíduo. Ele delimita o que é permitido e o que é conhecido, o que é verdadeiro.

A instituição da família surge, no século XIX, como um instrumento de controle político e econômico, tornando-se o local privilegiado para a execução de um processo de normalização a partir do dispositivo da sexualidade, enquanto expressão do biopoder (Miskolci, 2007, p. 111). Nasce, portanto, com um fim específico: responder às inseguranças geradas por mudanças sejam econômicas ou psicológicas, cujo objetivo é regular as relações (Pereira, 2010, p. 50).

Assim, a família contém um alto grau de poder diante da legitimação do expressar e do saber, elementos úteis ao Estado. Dessa maneira, por meio do poder patriarcal familiar, é reiterada a premissa de que toda estrutura social nasce de um poder que o governo exerce sobre os membros da coletividade da mesma forma que o pai o exerce sobre as pessoas de sua família (Pateman, 1993), sendo está uma forma eficaz de coibir a necessidade de atuação do Estado.

Ainda, vale considerar que o neoconservadorismo estabelece-se em tempos contestatórios, nos quais questiona-se de modo mais combativo a supremacia masculina, tanto no ambiente privado quanto no ambiente público. Isso traz luz a problemáticas relacionadas à figura do patriarca em detrimento da mulher e das crianças, constituídas como sujeitos de direitos singulares, não só mais como extensão da propriedade masculina.

Contudo, é exatamente neste ponto que o neoconservadorismo age na sua face mais reacionária, pois, embora ele não esteja politicamente ou legalmente constituído de poder e a discriminação legal tenha de certo modo diminuído, a violência interpessoal e o abuso psicológico têm se expandido, justamente em virtude da ira masculina, tanto individual quanto coletiva, ante a perda do poder (Castells, 2002, p.173).

Nesse aspecto, o que antes era assimilado como uma lei natural de subordinação e de diferença entre papéis sociais determinadas pelo binarismo sexual, tornou-se objeto de questionamento diante da compreensão do gênero. Este, entendido, epistemologicamente,

não como algo intrínseco ou construído socialmente, mas que mostra-se ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é (Butler, 2008, p. 48).

Dessa maneira, o gênero é a norma herdada constitutiva de relações de poder e que é o fundamento da contestação de movimentos progressistas que abordam os feminismos e os direitos das pessoas LGBTQIAPN+. Isso provoca um rompimento com a hierarquia sexual, fundamental à sociedade conservadora, o que amplia a dimensão de tensões já existentes nas relações familiares, mas que muitas vezes foram silenciadas pela reiteração estrutural da instituição. Em especial, a aparente luta de forças entre os papéis desempenhados entre os gêneros no ambiente familiar é objeto de discussão política, muitas vezes inflamado por concepções catastróficas sobre tentativas de pôr fim às assimetrias de gênero diante de uma lógica binária.

Com isso, existe um maniqueísmo de gênero dentro das famílias, contaminado pelas premissas neoconservadoras, que, diante de uma discussão poderosa socialmente, recorrem a sujeitos de direitos muitas vezes esquecidos nas discussões relacionadas às oposições de gênero para produzir novos discursos com proposta de salvação da ordem. Dentre estes sujeitos, as crianças destacam-se, já que a vulnerabilidade biológica e a vulnerabilidade por definição legal são fatores que fomentam a mobilização social.

Isso é realizado por meio da noção de “família tradicional brasileira”, bastante utilizada nas narrativas de agentes políticos neoconservadores, que surge como a materialização da família nuclear conforme as normas de gênero e sexualidade, ou seja, que só admite a união entre um homem e uma mulher em sua compreensão. Nas narrativas, é comum que essa família seja tida como uma instituição a ser protegida diante de ataques empreendidos por pessoas que querem romper com a norma, em um argumento que invisibiliza os ataques direcionados a quaisquer identidades ou configurações familiares fora da admitida como ideal.

Assim, a família tradicional brasileira caracteriza-se “[...] como um discurso de verdade e, desta forma, estabelece relações de poder e dominação, na medida em que exclui outras configurações de famílias não heterossexuais do amparo legal às garantias de direitos e proteções do qual o Estado é garantidor” (Dias, 2017, p. 57). No Poder Legislativo, há um conjunto de atores que incitam a discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+, e também elaboram projetos de lei com o intuito de negação de direitos e conquistas para essa população, em uma manifestação expressa de como a biopolítica atua no controle dos corpos, por meio do dispositivo da sexualidade (Dias, 2017).

Nesse aspecto, há a construção de uma argumentação que indica os inimigos a serem combatidos, uma vez que os indivíduos que não correspondem às normas estabelecidas quanto ao modelo de família, segundo narrativas neoconservadoras, estão ativamente operando para a sua destruição, o que traria consequências nefastas para a sociedade. São

colocados em xeque, portanto, os papéis de gênero defendidos por movimentos políticos de extrema direita, naturalizados tanto por meio de determinismos biológicos como também por fundamentalismos religiosos que sacralizam a heterossexualidade (Dias, 2017).

Segundo Leite (2019), é apontada uma orquestração gay e feminista que defende a sexualização das crianças, o estímulo à homossexualidade e a destruição da família. A articulação de tais pânicos morais fortalece uma ideia de que o Estado estaria apoiando e financiando o “desvirtuamento” das crianças.

Dessa maneira, a questão da proteção da criança contra esses supostos males é instrumentalizada para o que, na verdade, serve à supressão de direitos consolidados, visto que, por tal lógica, a sexualidade e as expressões de gênero infanto-juvenis são hegemonicamente tratadas segundo a perspectiva do risco e não a do direito (Leite, 2013). Assim, a proposta neoconservadora brasileira afeta a formação da criança enquanto sujeito político e como ser dotado de direitos sexuais. Para além disso, conforme uma análise interseccional, tal instrumentalização da sexualidade infanto-juvenil ganha vertentes ainda mais violentas ao tratar de crianças e de adolescentes LGBTQIAPN+.

3 A VULNERABILIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES LGBTQIAPN+ PELA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Para compreender como as narrativas assumidas pelos agentes políticos neoconservadores afetam crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, é necessário tecer algumas considerações sobre como esses jovens estão em uma situação de especial vulnerabilidade, especialmente com relação a seus direitos fundamentais.

Cumprir destacar, inicialmente, a situação jurídica de crianças e adolescentes, especialmente diante de investidas conservadoras que utilizam uma narrativa de proteção das infâncias como elemento argumentativo. Desde a edição da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), consagrou-se no ordenamento jurídico brasileiro a adoção da Doutrina da Proteção Integral, em uma mudança de paradigma alinhada a um contexto de fortalecimento de valores democráticos e direitos fundamentais.

É conferida, portanto, a categoria de sujeitos de direitos aos infantes, cumulada com alguns princípios específicos, como o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, prioridade absoluta e a proteção integral (Zapater, 2019). Ademais, assegura-se também um dever geral de proteção, sem nenhum tipo de discriminação, de qualquer forma de violência, crueldade e opressão, reconhecendo-se a igualdade jurídica entre toda a população infantojuvenil.

Entretanto, quando se considera a intersecção de crianças e adolescentes que possuem identidades dissidentes das normas de gênero e sexualidade, verifica-se que nem

sempre esses sujeitos possuem seus direitos assegurados. Utilizando a abordagem interseccional como ferramenta analítica, a presente pesquisa considera que a interação entre relações de poder e categorias sociais são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente (Collins; Bilge, 2020), ao passo que produzem situações específicas de vulnerabilização, sendo o olhar direcionado especialmente aos marcadores sociais de idade, gênero e sexualidade.

Considera-se também a vulnerabilidade aqui em uma acepção específica. Segundo Sposato (2021), o conceito de vulnerabilidade tem uma dimensão ontológica, pessoal e decorrente da própria condição de ser humano, e também uma dimensão social, decorrente das relações sociais e estruturas de poder. Nesse sentido, algumas populações específicas estão mais suscetíveis a sofrer danos, violências e violações de direitos fundamentais, em razão de padrões históricos de discriminação (Sposato, 2021).

É nesse sentido que Butler (2019, p. 40) aponta que mulheres e minorias sexuais estão mais vulneráveis a violências, haja vista que são corpos constituídos politicamente “[...] como um local de desejo e de vulnerabilidade física, como um local de exposição pública e ao mesmo tempo assertivo e desprotegido”. Sem o reconhecimento dessa vulnerabilidade, ocorre um processo de desumanização, em que determinadas populações são despidas de seus direitos fundamentais e passam a estar sujeitas às mais diversas formas de violências e violações. Com isso, “a vulnerabilidade assume outro significado no momento em que é reconhecida, e o reconhecimento exerce o poder de reconstituir a vulnerabilidade” (Butler, 2019, p. 65).

A ausência de reconhecimento de demandas e direitos fundamentais é uma constante quando se trata da população LGBTQIAPN+. Tanto a nível internacional como a nível nacional, verifica-se uma ausência ou dificuldade de elaboração e aprovação de normas de proteção específica destinadas a essa população. No Brasil, há uma forte disputa política no Poder Legislativo, especialmente no âmbito federal, em que agentes políticos conservadores atuam apoiando ou propondo projetos contrários a direitos LGBTQIAPN+, ou ainda barrando qualquer esforço para a aprovação de projetos favoráveis a essa minoria (Bahia; Koury Neto; Melo, 2013).

Essa é uma das expressões da discriminação sofrida por indivíduos que compõem a população LGBTQIAPN+. Diante da inação de uma atividade legislativa voltada à tutela de direitos fundamentais a essa população, nos últimos 15 anos, algumas das principais conquistas foram obtidas pela via do Judiciário, especialmente por meio de decisões paradigmáticas emitidas pelo Supremo Tribunal Federal referentes ao reconhecimento de uniões estáveis compostas por casais do mesmo sexo (ADI 4277 e ADPF 132), e do direito de retificação do registro civil para pessoas transgênero (ADI 4275 e RE 670422). Entretanto, apesar de sua inegável relevância, tais decisões judiciais não conferem a

necessária estabilidade a essas garantias, as quais foram frequentemente ameaçadas e negadas durante a administração pública brasileira de 2019 a 2022.

Por isso, Rios (2006) propõe a criação de um direito democrático da sexualidade, por meio de uma abordagem que integre democracia, cidadania, direitos humanos e direitos sexuais, indo além das categorias tradicionais burguesas e superando a reprodução dessa vulnerabilidade. Assim, é possível pensar na proteção da diversidade de identidades sexuais e de gênero, de forma a romper com as formas patriarcais e cisheterossexistas imbricadas nas instituições jurídicas. Contudo, verifica-se que ainda há uma forte resistência a essas mudanças, especialmente diante da luta de grupos conservadores contra a “ideologia de gênero”.

Nesse cenário, considerando o contexto brasileiro, há uma forte proteção normativa quanto a crianças e adolescentes consideradas genericamente, ou mesmo como um “sujeito universal”, que não leva em consideração a existência de indivíduos dissidentes das normas de gênero e sexualidade nessa população que se pretende proteger. Isso se reflete nas narrativas adotadas contra a “ideologia de gênero”: em defesa das crianças, consideradas abstratamente, busca-se a reprodução de normas hegemônicas quanto a gênero e sexualidade, revitimizando a população infantojuvenil LGBTQIAPN+.

São essas infâncias liminares que são esquecidas e excluídas da proteção jurídica, pois segundo Rodrigues, Prado e Roseiro (2018), por não corresponderem aos padrões idealizados pelas estruturas de poder, se aproximam demais da realidade e não merecem ser tratadas como crianças. Ademais, “crianças em suas monstruosidades são reduzidas ao seu mínimo biológico pelos discursos ofensivos, por pauladas e pedradas, por práticas que prometem a cura, pelas balas perdidas, pelos discursos de normalização e pelas instituições de sequestros” (Rodrigues; Prado; Roseiro, 2018, p. 25).

A criação dessa criança abstrata, universal, e apartada das condições sociais de existência se dá, dentre outros fatores, por meio da psicologia do desenvolvimento, surgida nos séculos XVIII e XIX na sociedade burguesa ocidental, que impõe um dever ser quanto a como a vida desse infante deve ser, em todos os âmbitos (felicidade, inteligência, sexualidade, produtividade, normalidade, etc.) (Souza; Salgado; Magnabosco, 2018). Essa “criança-ideal-típica” é uma criança imaginária, construída socialmente a partir do que deveria ser a infância ideal, retirando todas as condições sociais e a diversidade de crianças reais. Em contrapartida, as crianças que não correspondem a essa imagem de uma infância normativa e idealizada são excluídas dos privilégios de crianças típicas (Souza; Salgado; Magnabosco, 2018).

Essa narrativa desenvolvimentista funciona, em momentos de repressão política, como uma justificativa para o cometimento de atrocidades em nome do bem-estar social, como no avanço de movimentos conservadores e autoritários, valorização da meritocracia e

produtividade, etc., inseridos na lógica de adaptar o indivíduo às demandas do mercado global (Souza; Salgado; Magnabosco, 2018, p. 157).

Assim, a narrativa do progresso da infância como preparação para a vida adulta reproduz sistemas compulsórios de conformação social, como a cisheteronormatividade, pois os papéis e performances de gênero e sexualidade esperados já são impostos a esses jovens desde a mais tenra idade, e até mesmo antes do nascimento. Dessa forma, “ao produzirem atos performativos disruptivos dessa compulsoriedade, são anulados triplamente – por anunciarem uma sexualidade e gênero fora das normas etária, heterossexual e cisgênera” (Souza; Salgado; Magnabosco, 2018, p. 160).

Nessa mesma linha, consoante Foucault (2024, p. 20), há uma repressão própria das sociedades burguesas sobre o sexo que ainda nos influencia, como se para dominar o sexo, fosse necessário “[...] primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível”. Foram estabelecidas regiões em que os discursos sobre sexo eram altamente restritos e silenciados, como entre pais e filhos, educadores e alunos, etc.

Ademais, no século XVIII, com o surgimento da noção de população e a necessidade do Estado de controlá-la, o sexo passa a ser objeto de análises políticas e econômicas: “Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injeções o investiram” (Foucault, 2024, p. 28). Esse controle sobre o sexo também se impôs sobre as crianças, mas não sob a forma de um silenciamento, mas sim, buscando outras formas de falar sobre o sexo, de outros pontos de vista e para obter determinados efeitos (Foucault, 2024).

Com base nisso, verifica-se que hodiernamente, o controle do sexo e sexualidade de crianças e adolescentes é buscado principalmente por agentes políticos neoconservadores, que por meio de discursos abertamente discriminatórios, disseminados mais facilmente diante da fragilidade da proteção conferida a identidades LGBTQIAPN+. Essa narrativa atravessa tanto espaços públicos, como os poderes Legislativo e Executivo, mas também se insere em espaços privados, em especial, a instituição da família, fazendo com que a situação de vulnerabilidade da criança ou adolescente dissidente seja ainda mais grave.

Ao refletir sobre uma situação semelhante que ocorreu na França, em que movimentos políticos divergentes se uniram na defesa da “heterocracia” com base em uma narrativa de proteção da infância, Preciado (2020) ressalta como a criança e o adolescente são utilizados como *token* argumentativo por esses agentes, forçados a segurar a arma patriarcal. Essa criança ideal a ser protegida, contudo, não existe, pois é construída presumindo-se que é heterossexual e de um gênero binário, enquanto as infâncias reais sofrem com terror, opressão e morte (Preciado, 2020).

Assim, por meio da figura da família tradicional brasileira, reforçam-se expectativas e padrões de gênero e sexualidade cisheteronormativos e, conseqüentemente, as formas de discriminação, dessa vez inseridas no ambiente familiar. Essa estratégia, contudo, tem impactos profundos e cruéis na formação de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, que se refletem ao longo de toda a sua vida.

Quinalha (2022) destaca que pessoas LGBTQIAPN+ passam bastante tempo em espaços que não comportam suas identidades e até mesmo atuam contra elas, como em ambientes educacionais e profissionais. Contudo, isso se agrava quando se observa que isso também ocorre no âmbito familiar, primeiro espaço de sociabilidade do indivíduo e que deveria ser orientado pelo afeto. “O lar, em vez de refúgio e segurança, é o lugar da violência mais insuportável, posto que irradiada pelas pessoas com quem temos uma conexão afetiva maior ao menos nessa fase da vida” (Quinalha, 2022, p. 22).

Ademais, justamente por ser esse espaço em que espera-se um vínculo de amor e afeto, a necessidade de reconhecimento e aceitação do indivíduo pela família está diretamente relacionada ao processo de subjetivação do indivíduo (Toledo; Teixeira Filho, 2013). Segundo Toledo e Teixeira Filho (2013), há um sentimento ambíguo quanto à revelação da orientação homossexual para a família, pois ao mesmo tempo que se deseja um reconhecimento autêntico e possibilidade de diálogo sincero, há também um medo de quebrar os laços familiares devido à traição quanto a expectativa familiar da heterossexualidade.

As conseqüências do controle exercido pela família sobre a sexualidade das crianças e adolescentes são adversas, e marcam profundamente os indivíduos dissidentes das normas de gênero e sexualidade. Além da sujeição a diversas formas de violência, em especial a física e a psicológica, as infâncias LGBTQIAPN+ têm outros direitos fundamentais violados, como à educação, uma vez que não conseguem ter o mesmo rendimento diante de tais questões familiares, além de possivelmente serem revitimizadas na escola. Em casos de conflitos mais graves, a expulsão do lar simboliza a sujeição maior desse jovem à vulnerabilidade, colocando-o em situação de completo desamparo econômico, psicológico e afetivo.

“A dificuldade no processo de individualização é o que cria estruturas de poder da família sobre um membro jovem” (Toledo; Teixeira Filho, 2013, p. 386), especialmente no que tange a autonomia e independência, o que confere mais uma dimensão do controle da família, dificultando a vivência de uma sexualidade não normativa. O domínio exercido pela família por esse jovem é expressado em frases que denotam obediência e autoridade, como “você mora na minha casa, então vai me obedecer”, ou ainda, invalidando a autodeterminação do jovem.

O que Preciado (2020) revela é que o discurso que invade a esfera familiar é o mesmo propagado por agentes políticos de extrema direita, que incitam o ódio e a violência. Ao falar da própria experiência familiar de discriminação, ele afirma:

O que meu pai e minha mãe estavam protegendo não eram meus direitos enquanto criança, mas as normas sexuais e de gênero que tinham sido inculcadas dolorosamente neles, por meio de um sistema social e educacional que suprimia qualquer forma de dissidência por ameaças, intimidação, punição e morte. Eu tinha um pai e uma mãe, mas nenhum deles poderia proteger meu direito à livre autodeterminação de gênero e sexualidade (Preciado, 2020, p. 48) (tradução nossa).

A vivência de Preciado, enquanto pessoa dissidente das normas de gênero e sexualidade, demonstra como as narrativas políticas neoconservadoras vitimizam e vulnerabilizam diretamente crianças e adolescentes LGBTQIAPN+. Essa população é, portanto, mobilizada por esses discursos como um dos principais argumentos a favor da discriminação violenta de indivíduos que fujam das normas de gênero e sexualidade, seja em atos do Poder Público, seja no contexto familiar.

No Brasil de Bolsonaro, o gênero foi tido como um código para simbolizar uma pauta que não apenas quer destruir a família tradicional, mas também colocar o caráter natural e normativo da heterossexualidade em cheque, o que possibilitaria a ascensão de outras perversidades sexuais, como a pedofilia e a zoofilia (Butler, 2024). Dentre essas narrativas, o gênero também era visto como um perigo para a vida das crianças, que estariam ameaçadas de um mal, o qual deveria ser destruído imediatamente (Butler, 2024).

Dessa forma, ao não reconhecer as identidades de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, os discursos neoconservadores mobilizam a criança idealizada, de forma a reforçar as normas cisheteronormativas e ao mesmo tempo impô-las sobre as pessoas em desenvolvimento. Com isso, são novamente vulnerabilizadas as infâncias dissidentes, por meio da negação de seus direitos fundamentais e até de suas existências, produzindo consequências profundas que acompanham esses indivíduos até a fase adulta.

4 O COMBATE À “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO GOVERNO BOLSONARO E O SACRIFÍCIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES LGBTQIAPN+

A extrema-direita avança na sua inserção em funções políticas no mundo, de forma geral. Nesse sentido, a crise estrutural do capital e o desenvolvimento de formas particulares, a partir das conjunturas específicas de cada país, fomentam rearticulações políticas que resgatam ideários fascista e conservador, que objetivam novas conformações, como o neofascismo e o neoconservadorismo (Barroco, 2022, p. 13).

Barroco (2022, p. 13) elucida que o neoconservadorismo consiste na junção entre os valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo. A mesma autora destaca que do conservadorismo clássico é preservado a tradição, o preconceito, a autoridade, com ênfase na valorização de instituições tradicionais como a igreja e noção patriarcal de família, já da tradição neoliberal é possível observar que o empreendedorismo, a meritocracia, o combate aos movimentos sociais, entre outros, são valorizados (Barroco, 2022, p. 13).

A partir de uma noção individual de mundo, com o neoconservadorismo, propostas neofascistas encontram abertura para maior crescimento. A solidariedade dá lugar à competição e ao ódio ao outro, por meio de um discurso de garantia da ordem, em que a autoridade e a tradição são protagonistas. O discurso apocalíptico, de inexistência de futuro e rompimento com as instituições que pregam por projetos societários universais, apresenta a moral como destaque “(...) na reprodução dos valores e da tradição, seja na socialização dos indivíduos, pela família, seja na manutenção da ordem espiritual, pelas religiões” (Barroco, 2022, p. 14). A família defendida por esse discurso é a heterossexual, cisgênera, monogâmica e “natural”.

Nesse contexto, enquanto projeto político, especialmente evidente no Governo Bolsonaro, entre os anos de 2019 e 2022, destacamos o discurso contra a elucidação do gênero, para além do binarismo “homem e mulher” e da orientação sexual, quando apresentada de forma ampla e não restrita a heteronormatividade. Especificamente quanto à instituição família, Damares Alves, ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) no Governo Bolsonaro anunciou, em 2020, que lançaria cartilha para instruir municípios a fortalecer os “vínculos conjugais e intergeracionais”. Tal fala gerou grande repercussão tendo em vista que a ex-ministra defendia que a mulher “deve ser submissa dentro da doutrina cristã” (Agência de Emergência, [s.d.])⁵.

Ainda quanto à família, Damares Alves criou, em 2020, o Observatório Nacional da Família, com o objetivo de produzir “conhecimento científico” acerca do tema, mas a portaria de criação do órgão não tratava da aplicação direta dos estudos elaborados (Agência de Emergência, [s.d.]). Também quanto à temática, durante entrevista à rádio no ano de 2022, o então presidente da República, Jair Bolsonaro, disse que “a família é sagrada” e sugeriu que pessoas LGBTQIAPN+ “vão para o inferno” (Agência de Emergência, [s.d.]).

Para Barroco (2022), a união entre a extrema-direita mundial em torno das premissas do nacionalismo, patriotismo, resgate de tradições, anticomunismo, antisemitismo, racismo e xenofobia aponta para uma cisão de mundo entre “nós e eles”. Com ênfase nas questões que envolvem o gênero, elucidamos que o “eles” são pessoas entendidas como

⁵ É uma ferramenta desenvolvida pelo Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT) para catalogar atos e comportamentos de autoridades estatais que podem trazer risco à liberdade e à democracia no Brasil.

manipuladoras que prejudicariam, com sua agenda política e ideológica, a “ordem natural” da sexualidade (Brito, Oliveira e Toneli, 2025, p. 04).

As crianças e os adolescentes são vistos como “indefesos” diante desse movimento que questiona os papéis de gênero e o padrão cisheteronormativo hegemônico. Na medida que o neoconservadorismo nos Estados Unidos da América (EUA) suscita uma suposta defesa às crianças e adolescentes, também debate se crianças trans deveriam ou não receber assistência à saúde e recursos comunitários por quaisquer transições que estiverem fazendo (Butler, 2024). No Brasil não foi diferente visto que a agenda antigênero de Jair Bolsonaro tornou a população trans uma inimiga (Sudré, 2021). A suposta “defesa” das crianças e dos adolescentes é, na verdade, uma empreitada contra toda forma de *queer* de existir.

Os agenciamentos conversadores apresentam discursos que impactam na forma de interpretar e vivenciar o mundo de maneira que nos relatos de sujeitos que passaram pela “destransição de gênero” é mais comum a ideia de “imperativo sexual”, em que não resta outro caminho às pessoas trans, do que as noções de sofrimento e/ou arrependimento apresentadas pelos neoconservadores (Brito, Oliveira e Toneli, 2025, p. 04-05).

Em 2019, Damares Alves, afirmou que foi inaugurada “uma nova era no Brasil” na qual “menino veste azul e menina veste rosa”. No dia seguinte à fala, destacou que era uma “metáfora” para representar que o Governo Bolsonaro respeitaria a “identidade biológica das crianças” a fim de não construir “uma outra identidade esquizofrênica” dentro das crianças, mas “respeitar o que é natural naquele ser humano” (Agência de Emergência, [s.d.]).

O neoconservadorismo, nesse momento de difusão e legitimação social, desaponta em uma perspectiva de insegurança em uma constante onda de conflitos que precisam ser enfrentados pela população. Esses conflitos estão no campo imaginário. Cabe pontuar que a disseminação de informações falsas compõe parte dessa narrativa que busca desestabilizar a crença da sociedade em instituições oficiais que não corroboram com o discurso neoconservador contra a “ideologia de gênero”. Em 2020, Jair Bolsonaro fez uma postagem em rede social acusando a Organização Mundial da Saúde (OMS) de incentivar a masturbação e a homossexualidade de crianças (Agência de Emergência, [s.d.]). A informação não condizia com a realidade, mas era prática reiterada do ex-Presidente da República a disseminação de notícias falsas.

A “ideologia de gênero”, para Brito, Oliveira e Toneli (2025), pode ser compreendida como um sintagma invocado e empregado, especialmente por grupos conservadores e religiosos, para nomear um conjunto de teorias e práticas que identificam com perigosas. Nesse cenário, Butler (2024) elucida que o movimento internacional contra a ideologia de gênero tem como grandes participantes os grupos evangélicos e católicos em que os pronunciamentos acerca da identidade transgênero e dos perigosos de ensino de sexo e gênero na escola são centrais nesse tema.

O Brasil, no contexto do Governo Bolsonaro, não fugiu à lógica internacional. Em 2019, Ricardo Vélez, então Ministro da Educação, extinguiu a Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), que tinha como principal objetivo fortalecer grupos historicamente excluídos da escolarização, que envolviam, inclusive, gênero e orientação sexual. Em substituição, foram criadas as pastas de Modalidades Especializadas e da Alfabetização (Agência de Emergência, [s.d.]).

Também em 2019, a então a presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Estatísticas (Inep), órgão responsável pela elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), foi exonerada após Bolsonaro ter criticado o conteúdo do Enem de 2018, afirmando ser um “absurdo” a abordagem de expressões associadas aos LGBTQIAPN+ (Agência de Emergência, [s.d.]).

Butler (2024), entende que se o discurso segundo o qual se as crianças lerem sobre algo, se tornarão algo, oculta uma censura que, no fim, objetiva estigmatizar como perigosas pessoas que fogem a lógica do binarismo heteronormativo. Em 2020, Abraham Weintraub, Ministro da Educação, disse que Paulo Freire, patrono da educação brasileira, e o “*kit gay*” “não têm vez” no Governo Bolsonaro (Agência de Emergência, [s.d.]). Cabe destacar que o “*kit gay*” foi utilizado como retórica da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro como termo pejorativo para fazer referência aos materiais do programa “Escola sem homofobia”, que apesar de aprovado, não foi implementado à época em que Haddad foi ministro da educação, no Governo Dilma (Agência de Emergência, [s.d.]).

Para Butler (2024), o movimento contra a ideologia de gênero ganhou espaço nos EUA e, especialmente entre 2020 e 2023, foi possível notar um apogeu de projetos legislativos que atingem de forma negativa pessoas LGBTQIAPN+, principalmente pessoas trans jovens. No Brasil, Jair Bolsonaro afirmou, em 2019, que determinou ao Ministério da Educação (MEC) a redação de um projeto de lei que proibisse a abordagem de “questões de gênero nas escolas de ensino fundamental” do país e justificou a iniciativa pelo “princípio da proteção integral da criança” (Agência de Emergência, [s.d.]).

Como ressalta Barroco (2022), o caráter neofacista dos governos Trump e Bolsonaro possuem similaridades únicas desse espectro, dentre elas, a valorização da família patriarcal, a autoridade do “pai” e a derrocada dos esforços contra pautas preconceituosas de gênero. A defesa da família patriarcal, a partir desse discurso, destaca uma espécie de “ingenuidade” das crianças e adolescentes em que não é possível discutir acerca do gênero.

Nesse sentido, é possível citar a fala proferida em 2019 por Damares Alves, chefe do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MDH) no Governo Bolsonaro, em audiência da Comissão de Seguridade Social e Família na Câmara dos Deputados, em que afirmou ser contrária a “ideologia de gênero” porque esta causaria sofrimento aos jovens que se automutilam e tentam suicídio (Agência de Emergência, [s.d.]).

O Governo Bolsonaro, neoconservador, desponta no ataque moralista a conquista de movimentos de mulheres, negros, indígenas e da população LGBTIA+ em um contexto de “ansiedade sexual” tendo em vista as referências sistemáticas a questões que envolvem gênero ou orientação sexual, inclusive, por meio da divulgação de mitos ideológicos como o do “kit gay”. Para Barroco (2022, p. 18-19), a defesa da “ordem” é um valor fundamental para os conservadores. Tal “ordem” é desestruturada quando a família patriarcal heteronormativa é questionada. Na verdade, “ordem” para essa visão de mundo implica na sustentação de estruturas que negam a existência que avançam na pauta contra-hegemônica de gênero.

A partir das elucidações de Judith Butler (2024) é possível compreender o gênero como performativo, o que não sinônimo de individual e intencional, sobre o qual uma pessoa exerce irrestrito poder de escolha, mas como uma prática reiterada pelo qual o discurso hegemônico que produz aquilo que nomeia. “Caberia ao sujeito, voluntarioso e instrumental, decidir seu gênero, podendo modificá-lo a qualquer momento, de acordo com sua vontade” (Brito, Oliveira e Toneli, 2025, p. 05).

Contudo, entender a performatividade de gênero como uma reiteração de normas não implica na noção de uma “escolha” livre e desimpedida, capaz de ser alterada de forma individual com facilidade, presente em discursos neoconservadores em que só a lógica binária é admitida, especificamente para pessoas trans com a construção de um ideário de “homem que não quer ser homem” e “mulher que não quer ser mulher” (Brito, Oliveira e Toneli, 2025, p. 06).

Sendo assim, é importante destacar que no período compreendido entre 2019 e 2022, especificamente relacionado ao Governo de Jair Bolsonaro, a agenda antigênero gerou grande risco social para a população LGBTQIAPN+ no Brasil. A ideia da família como fundamento primordial da sociedade a ser “protegido” estabeleceu uma empreitada estatal contra a “ideologia de gênero” que, na verdade, visou ratificar hierarquias e fortalecer discursos em que identidades trans, homossexuais, bissexuais, entre outras, são compreendidas como ameaçadoras. O que esse discurso entende por “ameaça” é, na verdade, a busca por uma ruptura na busca por um mundo mais igualitário.

Em tempos em que as relações afetivas e familiares não são mais constituídas em legitimidade através da heterossexualidade e da duração, o neoconservadorismo apropriou-se da preocupação com a infância, tornando-a um *input* na sua agenda, a fim de mobilizar a sociedade em prol de uma preocupação que mascara o ideal de controle social. Ao mesmo tempo em que atua em uma pretensa defesa da infância, com seus ataques voltados a direitos de sexualidades dissidentes, invisibiliza as crianças e adolescentes LGBTQIAPN+.

Da mesma forma que as narrativas neoconservadoras atravessam a arena política e espaços públicos de decisão, os mesmo autores fomentam a invasão no âmbito familiar, impondo o modelo da família tradicional brasileira como uma resposta aos avanços da ideologia de gênero. Com isso, infâncias dissidentes, que já não têm seus direitos

reconhecidos e que sofrem constantemente com violências das mais diversas formas, tornam a ser vitimizadas, assim como denunciado por Preciado (2020). Por isso, o autor questiona: quem defende a criança *queer*?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar como a narrativa de proteção da família tradicional brasileira da “ideologia de gênero” produz e reproduz a vulnerabilização de infâncias LGBTQIAPN+, especialmente no marco temporal do governo Bolsonaro. Para tanto, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, trabalhou-se considerando o marco temporal do governo Bolsonaro no Brasil, que durou de 2019 a 2022, para investigar como isso ocorreu no ordenamento jurídico e contexto social brasileiro, tendo em vista que produziu consequências graves e que perduram até os dias atuais.

Em primeiro, realizou-se um exame sobre as narrativas políticas neoconservadoras e de extrema direita que ressurgiram no cenário político no final dos anos 2010, em especial a mobilização da instituição da família tradicional brasileira e sua empreitada contra a “ideologia de gênero”. Em segundo, a análise debruçou-se sobre como esse movimento político vulnerabiliza crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, ao mesmo tempo que reforça as normas de gênero e sexualidade. Por fim, foram trazidos para comento diversos episódios da administração pública durante o governo Bolsonaro que representam a atuação desse movimento neoconservador contra a “ideologia de gênero”, demonstrando os efeitos perversos da empreitada de extrema direita em nome da defesa de crianças e adolescentes.

Diante da pesquisa apreendida, conclui-se que as narrativas políticas de extrema direita de defesa da família tradicional brasileira e luta contra a “ideologia de gênero” utilizam como argumento uma criança idealizada, para reforçar a norma cisgênero-heterossexual sobre as relações sociais. Diante disso, crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ têm suas identidades desconsideradas e seus direitos fundamentais violados ou sequer reconhecidos, criando-se uma situação de especial vulnerabilidade, considerando a interação entre os marcadores sociais da idade, gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

AGENDA DE EMERGÊNCIA. Disponível em: <https://agendadeemergencia.laut.org.br/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes; KOURY NETO, Mussi Assad Mussi; MELO, Mariana Cristina Pereira. A revogabilidade política das decisões do STF: a vulnerabilização na tutela de direitos fundamentais e o especial prejuízo aos grupos LGBT. **Revista de Informação Legislativa**, ano 50, n. 199, p. 55-75, jul./set. 2013.

BARROCO, Maria Lúcia. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr. 2022.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zjrwPzBctDGgj84D74Vg4cv/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BARROCO, Maria Lucia S. Não passarão: ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 124: Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

BUTLER, Judith. **Vida Precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

BRITO, Carolina; OLIVEIRA, João Manuel de; TONELI, Maria. Discursos sobre "(des)transição de gênero": conservadorismo e teorias sobre gênero. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 37, p. 01-17, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/vrwCdtcl4xJpZyc8zGzygvc/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 3. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002. Volume 2.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DIAS, Tainah Biela. A defesa da família tradicional e a perpetuação dos papéis de gênero naturalizados. **Mandrágora**, v. 23, n. 1, p. 49-70, 2017. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/mandragora/article/download/1231/1025>. Acesso em: 29 jul. 2025.

LEITE, Vanessa. **Sexualidade adolescente como direito?** A visão de formuladores de políticas públicas. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2013.

LEITE, Vanessa. "Em defesa das crianças e das famílias": Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos "conservadores" em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y sociedad**. n. 32, p. 119-142, ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MISKOLCI, R. Reflexões sobre normalidade e desvio social. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 7, n. 13, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/169>. Acesso em: 23 jul. 2025.

NETO, Roberto Moll. Uma nação sob risco (de aprender): análise do pensamento neoconservador sobre a educação e a experiência no governo Ronald Reagan (1981-1989). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2016084, p. 1-25, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 21 jul. 2025.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Marlene Brito de Jesus. **Gênero como variante do micropoder familiar**. 2010. 114 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea. – Salvador, 2010. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/items/5f0a09c8-70e2-46b6-8856-f41356bdbb21>. Acesso em: 22 jul. 2025.

PRECIADO, Paul B. **An Apartment on Uranus**: Chronicles of the Crossing. South Pasadena: Semiotext(e), 2020.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 26, p. 71–100, dez/2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/YWPnQB8XXj5ZkmtCkxOgdXs/?lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2025.

RODRIGUES, Alexsandro; PRADO, Caio; ROSEIRO, Steferson Zanoni. Para te assombrar, aqui estamos: corpos não recomendados de crianças demasiadamente reais. In: RODRIGUES, Alexsandro (org.). **Crianças em Dissidências**: Narrativas desobedientes da infância. Salvador: Devires, 2018.

SOUZA, Leonardo Lemos de; SALGADO, Raquel Gonçalves; MAGNABOSCO, Molise de Bem. A vida pode ser escrita por linhas tortas: quando infâncias, gêneros e sexualidades interrogam o desenvolvimento. In: RODRIGUES, Alexsandro (org.). **Crianças em Dissidências**: Narrativas desobedientes da infância. Salvador: Devires, 2018.

TOLEDO, Lídia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 376-391, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=229029496005>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

Recebido em: 29/07/2025

Aceito em: 23/10/2025